

A PROFESSORA E O INSPETOR: DISPUTAS DE PODER NO MAGISTÉRIO PIAUIENSE NA DÉCADA DE 1860.

Prof.^a. Mestre, Maria Alveni Barros Vieira*
Prof.^a. Mestre, Norma Patrycia Lopes Soares
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

O CENÁRIO

Em meados da década de 1860, o Brasil e o Paraguai rompem as relações diplomáticas e decretam estado de guerra. No momento inicial do conflito, a euforia toma conta da sociedade brasileira. Campanhas cívicas são organizadas com o objetivo de recrutar voluntários e coletar dinheiro para a compra de uniformes e amparo às famílias daqueles que seguiram para o campo de batalha.

A formação dos corpos de voluntários com destino à campanha do Paraguai provocou alterações no cotidiano da sociedade piauiense, interferindo, também, nas práticas escolares devido as substituições feitas no quadro docente uma vez que vários professores, inspetores e até mesmo educandos, alistaram-se como voluntários nas frentes de combates. Geralmente, estas frentes de combate eram organizadas sob o prestígio de alguns chefes de famílias daquela região, que conseguiam arregimentar entre sua parentela e agregados um número significativo de “patriotas”. Segundo Costa (1974, p.494), assim foi formado o corpo de voluntários pelo tenente-coronel José Lustosa da Cunha, que em 10 de agosto de 1865 embarcou em Teresina com 234 (duzentos e trinta e quatro) voluntários, dentre eles seus,

(...) dois filhos, três sobrinhos, filhos do comandante superior da guarda nacional de Parnaguá e um outro filho de uma nora viúva, demonstrando com tais provas de abnegação real, que a defesa da pátria é doce empreitada a que ninguém se deve furtar na presente conjuntura (...)

Mesmo aqueles que não eram vistos com a obrigação de lutar contra as hostes paraguaias, faziam questão de participarem dos combates, talvez em busca de algum prestígio pós-guerra ou simplesmente em busca de aventuras. Um bom exemplo dessa situação pode ser analisada através do pedido insistente de alistamento do aluno Joaquim José de Silveira

* alvenibarros@bol.com.br

que, tendo por duas vezes oferecido seus serviços como voluntário da pátria, volta a reclamar, em abril de 1865, ao então presidente da Província, Franklin Dória, uma oportunidade para demonstrar seu valor em defesa da pátria:

...não tenho medo nenhum, marcho com entusiasmo para os campos do Paraguay; com duas condições de morte ou vida! A primeira é que sou muito novo, se não morrer posso gozar de alguma felicidade, e se morrer nada posso perder, se não a mocidade; mais Ex^{mo}. Senhor, são honras para mim se morrer em defesa da pátria! Quero derramar o meu sangue, quero dar provas, do que, como destinto piauiense cinto-me e tomo ttem sobre mim a fazer o que posso; e defender as afrontas feitas ao Brasil; por isso Ex^{mo} Senhor eu pesso a V. Ex^a, como um muito destinto e honrado magistrado e justo administrador, não me neguei o que peço.

Assim, muitos piauienses, a exemplo de outros brasileiros, correram às armas, cercados pelos amigos e membros das famílias de poder naqueles sertões rumo as frentes de batalhas numa demonstração de um civismo romântico típico da época que colocava a honra e o amor a pátria acima de todas as coisas, inclusive das “rinhas e trinhas” tão costumeiras na política local. Contudo, observa Pinheiro Filho, o conflito previsto inicialmente para durar apenas seis meses, estende-se por quase seis anos (1864-1870), fato que obriga o governo imperial a improvisar um exército. Mudam-se, portanto, as regras de recrutamento dos voluntários através da lei de 8 de julho de 1865 que, na opinião de Priore e Venâncio (2001, p.237), criou uma espécie de vale-tudo do alistamento, inaugurando-se o recrutamento forçado:

Os testemunhos e documentos referentes a esse recrutamento mostram que ele teve por base as mais diferentes formas, expedientes e improvisações: prisões eram esvaziadas, assim como crianças e vadios eram caçados pelas ruas das principais cidades brasileiras.

Junte-se a essa situação de alistamento obrigatório, as notícias que chegavam dos campos de batalha e que descreviam, sem nenhum romantismo, a realidade enfrentada pelos soldados e voluntários: a morte, os ferimentos, a fome, o frio e as doenças. O entendimento dessa realidade pela comunidade piauiense, vai aos pouco transformando o voluntarismo cívico patriótico em dessorção, em sentimento de pavor. Segundo observações de Nunes (1972), despido da sua áurea cívica, o recrutamento passa a ser objeto de repulsa e de manifestações, posto que tornara-se num instrumento de manipulação nas disputas políticas locais, que nesse momento ressurgem em cena no primeiro plano das atenções do potentado local piauiense que vê no alistamento obrigatório uma forma de agredir os desafetos políticos: aos inimigos, a guerra!

A mobilização militar desse período ocasionou dissensões entre as facções políticas da Província, provocou, também o abandono das roças pelos homens, que passavam boa parte do tempo refugiados em esconderijos a fim de escaparem aos olhos dos recrutadores. Vinha juntar-se a esses fatos o inverno fraco, a peste, as febres epidêmicas, cólera-morbo e varíola, além do acirramento das disputas políticas entre o potentado local. Brito (apud Nunes, 1972, p.625), descreve com clareza o cenário que se delineou nos sertões piauiense durante a década de 1860:

As remessas constantes de tropas recrutadas concorreram, já nos últimos anos da guerra, para o êxodo de certas populações rurais, e, ainda mais, para o afastamento destas do amanho da terra, trazendo, em consequência, a absoluta falta de viveres em começo de 1869, notadamente nos municípios de Jaicós, Valença e Picos, expostos seus habitantes desvalidos à fome e a miséria.

É nesse cenário de guerra, doenças, fome e hostilidade ferenha entre os partidos locais que surge a figura solitária da professora pública da cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Jaicós: Antônia Rosa Dias de Freitas.

A PROFESSORA

Casada com o Coronel da Guarda Nacional, Belisário José da Silva Conrado¹, Antônia Rosa, assim como outras esposas de militares, provavelmente, viu-se sozinha a frente de sua família desde o início do ano de 1865, período em que seu cônjuge embarcou em Teresina com destino a campanha do Paraguai atendendo a ordem do governo imperial. Na época, ainda com a patente de capitão, Belisário ocupou o comando da 3^a companhia do segundo corpo de voluntário que tinha como comandante geral o tenente coronel José Lustosa da Cunha.

Sozinha para cuidar da família, Antônia Rosa dividia-se entre os afazeres domésticos e o ofício de mestra, função que desempenhava nas dependências do seu lar. No entanto, sem a proteção da figura do marido logo veria-se envolvida numa rede de tramas e intrigas que provocaram escândalos na Vila de Jaicós e culminariam com o seu

1. Belisário José da Silva Conrado, era filho do capitão José da Silva Conrado e Ana Leonor Ferreira da Silva Conrado. Neto do cirurgião-mor, José Luís da Silva. As pesquisas até agora realizadas, ainda, não conseguiram encontrar nomes dos outros prováveis filhos da professora Antônia Rosa, a citação de Clodoaldo Freitas (1855-1924), deve-se a posição de destaque por ele adquirida na sociedade piauiense como intelectual, poeta, ensaísta, jornalista combativo, político, polígrafo e romancista. Tendo bacharelado-se na Faculdade de Direito do Recife no ano de 1880, ao retornar a sua terra natal exerceu o cargo de juiz e o de professor. Este, apenas nas ocasiões em que passava a sentir os efeitos da perseguição e da marginalização, dos cargos de juiz, comum ao grupo político derrotado nas eleições. (COELHO,1997)

afastamento das funções magisteriais.

De acordo com os dados coletados por Queiroz (1998), Antônia era membro do clã Dias de Freitas que foram uma família de grande expressão política e social no Piauí da segunda metade do século XIX. Vários foram os representantes dessa família na magistratura, na burocracia urbana, nas Assembléias Provincial e Geral, na Presidência da Província, na vida eclesiástica e militar, na imprensa, na literatura e na educação escolar. Era uma família formada por representantes do Partido Liberal no Piauí e teve na figura de José Manoel de Freitas uma das expressões máximas do patriciado local e mesmo regional.

Antônia Rosa, segundo os indícios apontados nos estudos realizados até o presente momento, não escreveu obras literárias de gênero algum, tão pouco se dedicou ao jornalismo feminino do período. A exemplo da grande maioria das mulheres que exerceram o magistério no Brasil oitocentista, ela desempenhou suas atividades de ensino, concomitante às funções de esposa e mãe, sem preocupar-se em registrar seus tempos de professora. Um perfil comum, que não a coloca em posição de destaque em relação às demais professoras da Província. Por que, então, tomar sua trajetória de vida como objeto de estudo?

A Professora, a exemplo de qualquer outra pessoa que se apresentasse como candidata a uma vaga nos serviços públicos do Estado Imperial, viu-se envolvida no curso das lutas pelo poder e nas tensões geradas pelos expoentes de ideais contrários que, ali naqueles sertões, adquire a importância adicional de símbolos culturais revestidos de caráter político partidarista. A história de vida da professora Antônia Rosa apresenta, portanto, várias interfaces da história da sociedade piauiense além do magistério: modos de vida, relações de parentesco, normas de conduta, teatro do poder, entre outros.

AS DISPUTAS

Em 3 de maio de 1868, José Manoel de Freitas assume, pela terceira vez, a administração da Província do Piauí. Sua administração, no entanto, estende-se por apenas três meses, quando teve que repassar o cargo ao conservador Simplício de Sousa Mendes. Começava aí um período de perseguições aos políticos do Partido Liberal, dentre eles os membros da família Dias de Freitas posto que, ao assumir o

governo da Província, Simplício Mendes faz uma operação chamada por Clodoaldo Freitas (1998) de “tábua rasa” no funcionalismo público provincial através da qual, toda parentela de Manoel José de Freitas que se encontravam no exercício dos cargos públicos, fora demitida ou removida sob acusações graves que agrediam a honra e a moral daquele grupo familiar.

A busca pelas vagas no serviço público não transcorria em meio a calma. Ao contrário, desde o período da estruturação das facções políticas no Brasil, que fazer parte do quadro de funcionários públicos do Império, significava ser arrastado nas esteiras ideológicas das manifestações de causas políticas, econômicas e sociais. A disputa por um cargo engendrava lutas, agressões morais e depreciações, principalmente por parte daqueles que no exercício do poder, sonhavam ser capazes de conduzir os rumos da sociedade piauiense, com tranqüilidade, coesão política, harmonia, sem a desenvoltura de opiniões contrárias ao pensamento oficial.

Na concepção de Nunes (1981), não era fácil a vida naquela sociedade, em outros termos, não era uma vida pacífica. As pessoas, principalmente aquelas que faziam parte do círculo restrito da elite, se pressionavam mutuamente, lutando entre si por chances de prestígio, por sua inserção e de seus familiares na hierarquia do poder. Desta feita, não cessavam os escândalos, as intrigas, os conflitos por posições e favorecimentos, onde cada membro do grupo podia prejudicar o outro em benefício próprio.

Era, também, uma vida sem estabilidade, acrescenta o autor (op.cit), onde se fazia necessário escolher “bem” as amizades e evitar as inimizades gratuitas, procurando sempre se comportar do modo mais exato, de acordo com a posição ocupada, pois para a sociedade de então, ter um comportamento moral adequado às funções públicas que o indivíduo desempenha era, acima de tudo, ter consciência dos costumes sociais vigentes e praticá-los corretamente, para não correr o risco de proporcionar munição aos adversários na corrida pelo poder.

Esses usos e costumes de agredir moralmente os inimigos, ou rivais políticos, ao que parece era uma prática antiga. Segundo análises feitas por Elias (2001), nas sociedades dinásticas, em que a relação entre interesses pessoais e oficiais fazem parte da vida social, as alianças e rivalidades familiares, amizades e inimizades pessoais agiam como fatores normais no tratamento dos assuntos do governo, como qualquer outro assunto oficial. Não havia, portanto, nenhum constrangimento por parte dos funcionários do rei e depois do Império, em agredir moralmente seus adversários em

público na luta por melhores posições no cenário político. Era comum, até mesmo banal, incluir na pauta oficial das decisões reais assuntos que hoje seriam considerados de fórum íntimo, entretanto ali se tornavam questões a serem analisadas como qualquer outro assunto da burocracia oficial.

O INSPETOR

O coronel Raimundo José de Carvalho² e Sousa fazia parte dos dispositivos disciplinares denominados inspetores paroquiais que eram os profissionais responsáveis pela fiscalização, não apenas dos procedimentos escolares, mas, principalmente, do cotidiano de professores e alunos. Suas atribuições configuravam como responsabilidades políticas, uma vez suposto que, os homens indicados para exercerem os cargos de inspetores paroquiais não detinham conhecimentos específicos acerca da educação escolar, a maioria sequer possuía alguma experiência com o magistério. Eram homens que almejavam apenas serem lembrados para futuras nomeações em cargos remunerados.

Assim, ao fazer uma representação contra os professores, o inspetor paroquial expõe, da transparência às suas verdadeiras competências que são vigiar, controlar o comportamento dos professores, suas ideologias, suas ações, seus discursos, bem como recomendar as devidas punições.

É justamente com o objetivo de exercer o controle sobre as atividades docentes da professora Antônia Rosa que, no início do mês de agosto, precisamente no dia 8 de agosto de 1869, o Cel. Raimundo José de Carvalho e Sousa, revestido pelo poder que lhe confere o cargo de inspetor paroquial da Vila de Jaicós, envia ao Diretor Geral da Instrução Pública da Província uma representação contra a pessoa da referida professora pública da cadeira de primeiras letras da Vila. Na representação, alguns chefes de família da localidade, declaravam que Antônia Rosa não possui a precisa moralidade para exercer aquela função pública, motivo pelo qual as aulas públicas de primeiras letras para o sexo feminino daquela Vila encontrava-se em total descrédito.

2. Coronel Raimundo José de Carvalho e Sousa, era membro do Partido Conservador (Mundico para os íntimos), era casado com sua prima Ricardina Francisca de Carvalho. Foi deputado provincial. (CARVALHO, 1988)

Dentre o elenco de acusações feitas, acerca do comportamento da professora em questão, foram relacionadas as seguintes observações:

- Defender publicamente aviltações consideradas inconvenientes a um funcionário público do Estado Imperial;
- Ter suas aulas freqüentadas apenas por alcobanas, ou seja, filhas de pessoas que sempre trabalham a favor da desordem e da imoralidade.
- Ensinar determinados conteúdos que uma moça jamais deveria aprender;
- Manter um relacionamento ilícito com o padre daquela paróquia³.

Reiteradas e freqüentes passam a ser as acusações feitas à conduta imoral da referida professora tanto por pessoas da comunidade, como pelo inspetor paroquial e até mesmo pelo diretor interino da instrução pública no Piauí que afirma, em documentos enviados ao presidente da Província em exercício, como verdadeiras todas as acusações feitas à professora. Diante dos escândalos envolvendo o padre e a mestre, cujo marido, Coronel da Guarda Nacional que no momento se encontrava a serviço da pátria na guerra do Paraguai (1865-1870), o presidente da Província em exercício decide transferir Antônia Rosa para a cadeira de primeiras letras da Vila de Picos.

A cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Picos encontrava-se vaga por conta do processo de exoneração sofrido pela professora Antônia Maria da Conceição que foi afastada do cargo no mesmo período, agosto de 1869, que a professora Antônia Rosa e sob a mesma acusação de comportamento moral inadequado às funções do magistério público com direito a denúncias de adultério e de falta total de habilidades para o exercício do magistério.

Essa situação vivenciada pelos membros da família Dias de Freitas no Piauí, também se faziam acontecer noutras províncias. Como observou Villela (2005), no Brasil do século XIX, o provimento de cargos no magistério mobilizava um complexo sistema de intermediação de favores. Relações clientelísticas encharcavam o sistema político e social do país, definindo redes de lealdade, baseadas em laços de família, amizade e proteção. Era

3. A partir de alguns levantamentos biográficos, é possível afirmar que o suposto amante da professora Antônia Rosa Dias de Freitas, era o seu parente e filiado do Partido Liberal, Cônego Claro Mendes de Carvalho que foi vigário da paróquia da vila de Jaicós durante um longo período, estando por lá na época das acusações. Era ainda o cônego cunhado do Coronel Raimundo José de Carvalho que lhe acusava de adultério com a professora.

o apadrinhamento que transformava o magistério, assim como qualquer emprego público, em um dos principais instrumentos de trocas materiais e simbólicas, num jogo de interesses que nem a escola escapava.

Buscando referências nas bases teóricas de Bourdieu (1999), torna-se possível compreender porque os argumentos utilizados pelo inspetor paroquial da Vila de Jaicós para conseguir exonerar a professora Antônia Rosa de suas funções magisteriais apoiavam-se nas acusações de adultério. As bases morais das acusações feitas à referida professora refletem os princípios que perpetuaram a relação de dominação do universo masculino sobre o feminino naqueles sertões. De acordo com o autor (op.cit.), esses princípios não residiram apenas dentro da unidade doméstica, eles extrapolam os muros das casas e invadem outras instâncias. As coisas da ordem masculina, também se encontra o estabelecimento das condutas morais seja sociais como a escola, lugares considerados privilegiados para a elaboração e imposição desses princípios de dominação e manutenção de uma ordem social que se alicerça na divisão social do trabalho, na distribuição das atividades atribuídas a cada um dos sexos. Inscrita nas através de infunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho, seja nos rituais coletivos ou privados onde os comportamentos se inscrevem.

No modelo de sociedade aqui exposto, a escola representa um dos instrumentos de manutenção da ordem social vigente, desta forma a contratação e principalmente a demissão dos professores vêm carregados de signos hierárquicos, bem como manifestações visíveis das diferenças sociais estabelecidas entre os sexos, evidenciados naqueles detalhes dos comportamentos moralmente exigidos, aparentemente tão insignificantes, mas que encerram inúmeros apelos à ordem. Ao escrever sobre a dominação do masculino nas sociedades, Bourdieu (op.cit), argumenta ainda que a escola não tem outra opção a não ser funcionar e transmitir os pressupostos da representação patriarcal até porque esta instituição nas suas estruturas mais peculiares, já se encontra impregnada de uma moral familiarista, determinada pelos mesmos valores patriarcais presentes na família, na Igreja e no Estado, onde a mulher é avaliada pela sua sexualidade e o homem pela sua força de trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o advento das oligarquias rurais, que articula o poder local, o atestado de moral idônea dos candidatos a uma vaga no magistério público passa a ser

responsabilidade dos chefes políticos locais que, revestidos pelo poder que os cargos de inspetores e diretores da instrução pública lhes confere, passam a exercer o controle do comportamento dos professores, determinam os aspectos morais e imorais de suas condutas classificado-as, muitas vezes, a partir de critérios políticos partidaristas.

Acredita-se que a importância atribuída ao bom comportamento dos professores como um dos critérios estabelecido para o exercício do magistério corresponde, necessariamente às circunstâncias culturais e as pressões políticas do período. Carneiro (2000) observa que, a moralidade é uma espécie de sistema que regula a vida coletiva através dos costumes e dos valores de uma sociedade numa época determinada e que o comportamento moral exigido dos grupos sociais não se realiza indiferente às condições históricas, geográficas, políticas, econômicas e culturais de determinada sociedade, ao contrário, toda sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao permitido, ao proibido, ao que pode ser feito e ao que não deve ser feito, ou seja, a conduta correta, válida para todos os seus membros.

Mas de que maneira a criação e a manutenção desses sistemas morais afetam o exercício do magistério nas províncias brasileiras?

Segundo Catani (2000), como a educação não ocorre de forma isolada mas estreitamente relacionada com a sociedade e a cultura de cada época, ela irá reproduzir as crenças, os valores e os costumes defendidos pela sociedade na qual se encontra inserida e isso se processará através dos conteúdos das disciplinas mas, principalmente, através do comportamento e da postura do professor, então considerado um elemento fundamental na transmissão dos valores vigentes de determinado campo social.

Desta feita, é possível afirmar que, sendo a professora Antônia Rosa um sujeito cuja existência encontra-se vinculada à história e a cultura do meio em que vive e desempenha suas funções, esta não está alheia às determinações morais dessa sociedade, seu trabalho não é livre mas encontra-se submetido a uma autoridade⁴ que controla seus atos e suas falas dentro e fora da escola, que fixa e normatiza sua ação e sua conduta através do detalhamento das habilidades, dos conhecimentos e dos comportamentos que o Estado considera apropriado para aquele momento.

Acredita-se que as alusões e os subentendidos no magistério piauiense

4. Foucault (1979), define o poder como disciplina. Um mecanismo que permite o controle minucioso dos corpos, manipulando seus elementos, produzindo o comportamento necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista.

de meados do século XIX aqui expostos, podem ser analisados não só a partir das interferências políticas no magistério mas, também, através dos modos de vida relacionados aquele grupo social e das bases culturais dos sistemas normativos que regulam e constroem os indivíduos. Até porque, embora o magistério possa ser considerado, naquele período, um campo privilegiado para as pessoas que se encontravam no exercício do poder, manifestarem reação contra seus adversários, é possível supor que qualquer mecanismo político de interferência nas atividades docentes traz no seu bojo condicionantes culturais da época e do lugar onde são praticados .

Pressões morais, ameaças, denúncias, essas foram as principais formas de controle do funcionalismo público, utilizadas pela corte portuguesa no Brasil e ao que parece indicarem as fontes continuou sendo utilizada pelo governo imperial. Desta feita, observa-se que as condições do exercício do magistério no período oitocentista pouco se alteram, principalmente no que concerne às interferências na atuação docente, através das perseguições políticas feitas pelos inspetores literários, agora atuando dentro das municipalidades, que assumem parte da responsabilidade pela criação de mecanismos mais centralizadores e de maior eficácia no controle do sistema escolar.

Não restam dúvidas de que, embora naquele contexto, a maioria das nomeações, transferências e exonerações dos docentes, viessem impregnadas de intenções políticas, estas fazem parte do conjunto de práticas culturais⁵ da sociedade piauiense oitocentista que refletem as normas de convivência daquele grupo. As análises feitas acerca da trajetória de vida da professora Antônia Rosa Dias de Freitas, apontam para essas questões.

5. Tomando como base as noções de “práticas” elaboradas por Chartier, Barros (2004), define como práticas culturais não apenas as instâncias e as técnicas oficiais de produção cultural mas, também, os modos como em uma dada sociedade, as pessoas conversam, solidarizam-se, hostilizam-se, discriminam e apadrinham outros.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CARNEIRO, Henrique. **A Igreja, a medicina e o amor – prédicas moralistas da época moderna em Portugal e no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2000.
- CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. **Família Coelho Rodrigues: passado e presente**. Fortaleza: IOCE, 1988.
- COELHO, Celso Barros. **Clodoaldo Freitas: inteligência superior**. Revista da Academia Piauiense de Letras – os fundadores. Teresina: Meio Norte, 1997.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, Norbert. **Sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- Falci, Miridan Knox. **Mulheres do Sertão nordestino**. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses: apontamentos biográficos**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- JAICÓS (PI). **Inspetoria Paroquial**. Representação contra a professora Antônia Rosa Dias de Freitas. 1869.
- JAICÓS (PI). **Comunicado**. denúncias acerca do comportamento imoral da professora da Vila de Jaicós. 1869.
- LEVI, Giovanna. **Usos da biografia**. In: FRERREIRA, Marieta de Moraes, et.all. (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. F.G.V., 2000.
- MENDES, Algemira de Macedo. **A imagem da mulher na obra de Amélia Beviláqua**. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- NUNES, Odilon. **Depoimentos históricos**. Teresina: COMEPI, 1981.
- PICOS (PI). **Inspetoria Paroquial**. Representação contra a professora Antônia Maria da Conceição. 1869.
- QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina : EDIUFPI; João Pessoa: EDUFPB, 1998.

TERESINA (PI). **Diretoria Geral da Instrução Pública em Teresina**. Pedido de remoção da professora Antônia Rosa Dias de Freitas da cadeira de primeiras letras da Vila de Jaicós. 1869.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **Do artesanato à profissão: representações sobre a institucionalização da formação docente do século XIX**. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, M.H.C. (orgs.) *História e memória da educação no Brasil – século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.